

Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013.

A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos, encontra-se disponível em nossa página, na rede mundial de computadores (*Internet*) no sítio: www.br.bk.mufg.jp.

Risco de Crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito, sendo o Departamento *Risk Management - Grupo Credit Risk Control* o responsável pelo monitoramento e controle dos riscos de crédito bem como o cumprimento à política de crédito.

Risco de Mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado, sendo o Departamento de *Risk Management - Grupo Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado assumidos pelo Banco.

Risco de Liquidez

Em atendimento à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez, sendo o Departamento de *Risk Management - Grupo Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez assumidos pelo Banco.

Risco Operacional

Em atendimento à Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, e adota como metodologia a “Abordagem do Indicador Básico” para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, conforme Circular do Banco Central do Brasil nº 3.640, de 4 de março de 2013.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital

Em atendimento aos artigos 10º e 12º da Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A indicou em 25 de novembro de 2011 o diretor responsável e definiu o Departamento *Risk Management - Grupo Credit Risk Control* como a estrutura organizacional para a implementação da estrutura de gerenciamento de capital. Em reunião de diretoria realizada em 27 de junho de 2012, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A aprovou a Política Institucional, os processos, procedimentos e sistemas necessários para a implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital. Em conformidade com os artigos 5º e 8º da Resolução nº 3.988 foi aprovado em Reunião de Diretoria, o Plano de Capital do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria que, além do Diretor Responsável possui um Ouvidor, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

14 de agosto de 2014

A Administração

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A, zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do período foram realizadas reuniões de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas.

Destacamos como principais, os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do 1º semestre de 2014;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos;
- Acompanhamento da gestão de riscos e assuntos de compliance.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

São Paulo, 14 de agosto de 2014.

Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e à Administração do
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de Junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 14 de Agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Circulante	6.443.857	6.559.748	Circulante	5.547.682	5.577.915
Disponibilidades	8.527	36.399	Depósitos	1.659.835	1.933.496
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.860.809	2.342.116	Depósitos à vista	131.957	216.743
Aplicações em operações compromissadas	1.669.999	2.255.447	Depósitos à prazo	1.527.878	1.716.753
Aplicações em depósitos interfinanceiros	94.680	38.813	Obrigações por operações compromissadas	177.999	252.575
Aplicações em moedas estrangeiras	96.130	47.856	Carteira de terceiros	177.999	252.575
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.441.994	571.459	Relações interfinanceiras	1.516	3.704
Carteira própria	801.466	316.076	Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.516	3.704
Vínculos a prestação de garantias	614.305	253.593	Relações interdependências	51.465	72.118
Instrumentos financeiros derivativos	26.223	1.790	Recursos em trânsito de terceiros	51.465	72.118
Relações interfinanceiras	67.225	66.350	Obrigações por empréstimos	1.509.332	275.249
Pagamentos e recebimentos a liquidar	2	2	Empréstimos no exterior	1.509.332	275.249
Créditos vinculados:			Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	44.159	31.234
Depósitos no Banco Central	66.108	64.731	BNDES	5.048	10.134
Correspondentes	1.115	1.617	Finame	31.104	16.088
Operações de crédito	605.577	392.952	Outras instituições oficiais	8.007	5.012
Operações de crédito:			Obrigações por repasses do exterior	80.264	33.965
Setor privado	617.620	400.964	Repasses do exterior	80.264	33.965
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.043)	(8.012)	Instrumentos financeiros derivativos	2.909	9.189
Outros créditos	2.458.951	3.148.029	Instrumentos financeiros derivativos	2.909	9.189
Carteira de câmbio	2.433.743	3.081.798	Outras obrigações	2.020.203	2.966.385
Rendas a receber	3.253	692	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	310	763
Negociação e intermediação de valores	26.154	46.222	Carteira de câmbio	1.886.764	2.857.627
Diversos	1.595	20.287	Sociais e estatutárias	1.238	1.176
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(5.794)	(970)	Fiscais e previdenciárias	94.413	75.723
Outros valores e bens	774	2.443	Negociação e intermediação de valores	2.582	9.956
Outros valores e bens	-	282	Provisão para passivos contingentes	21.966	12.447
Despesas antecipadas	774	2.161	Diversos	12.930	8.693
Não Circulante	553.101	1.157.205	Passivo Não Circulante	345.378	1.073.865
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.654	649	Obrigações por empréstimos	132.851	560.283
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.654	649	Empréstimos no exterior	132.851	560.283
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	343.686	682.279	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	40.688	26.848
Carteira própria	-	192.968	BNDES	7.548	25.000
Vínculos a prestação de garantias	262.122	476.262	Finame	33.140	1.848
Instrumentos financeiros derivativos	81.564	13.049	Obrigações por repasses do exterior	62.698	312.692
Operações de crédito	53.801	358.107	Repasses do exterior	62.698	312.692
Operações de crédito:			Instrumentos financeiros derivativos	107.073	156.218
Setor privado	54.301	359.053	Instrumentos financeiros derivativos	107.073	156.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(500)	(946)	Outras Obrigações	2.068	17.824
Outros créditos	145.833	116.093	Carteira de Câmbio	2.068	-
Carteira de Câmbio	2.068	-	Diversos	-	17.824
Devedores por depósito em garantia	112.785	103.464	Resultado de exercícios futuros	657	303
Diversos	30.980	12.629	Patrimônio líquido	1.159.737	1.111.678
Outros valores e bens	1.127	77	Capital social	853.071	853.071
Despesas antecipadas	1.127	77	De domiciliados no País	4.445	4.445
Permanente	56.496	46.808	De domiciliados no exterior	848.626	848.626
Investimentos	1	1	Reservas de capital	5.103	5.103
Outros investimentos	196	196	Reservas de lucros	305.776	260.870
Provisão para perdas	(195)	(195)	Ajustes de avaliação patrimonial	(301)	(3.460)
Imobilizado de uso	48.485	36.413	Ações em tesouraria	(3.912)	(3.906)
Imóveis de uso	29.874	27.029	Total do passivo e patrimônio líquido	7.053.454	7.763.761
Outras imobilizações de uso	37.121	23.950			
Depreciações acumuladas	(18.510)	(14.566)			
Ativo Intangível	7.967	10.285			
Ativos intangíveis	20.706	19.185			
Amortização acumulada	(12.739)	(8.900)			
Diferido	43	109			
Gastos de organização e expansão	5.703	5.703			
Amortização acumulada	(5.660)	(5.594)			
Total do ativo	7.053.454	7.763.761			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	1º Semestre	
	2014	2013
Receitas da intermediação financeira	<u>115.059</u>	<u>256.623</u>
Operações de crédito	33.592	44.876
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	169.866	114.226
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(88.399)	62.726
Resultado de operações de câmbio	-	34.795
Despesas da intermediação financeira	<u>(13.344)</u>	<u>(160.478)</u>
Operações de captação no mercado	(85.587)	(62.308)
Operações de empréstimos e repasses	103.894	(96.861)
Resultado de operações de câmbio	(27.978)	-
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.673)	(1.309)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>101.715</u>	<u>96.145</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(62.754)</u>	<u>(64.348)</u>
Receitas de prestação de serviços	21.771	4.332
Rendas de tarifas bancárias	463	336
Despesas de pessoal	(48.158)	(40.182)
Outras despesas administrativas	(28.277)	(22.500)
Despesas tributárias	(4.441)	(3.699)
Outras receitas operacionais	1.872	2.495
Outras despesas operacionais	(5.984)	(5.130)
Resultado operacional	<u>38.961</u>	<u>31.797</u>
Resultado não operacional	<u>(15)</u>	<u>1</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>38.946</u>	<u>31.798</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(17.236)</u>	<u>(12.504)</u>
Provisão para imposto de renda	(10.920)	-
Provisão para contribuição social	(6.559)	-
Ativo/passivo fiscal diferido - Impostos e contribuições	243	(12.504)
Lucro líquido do semestre	<u><u>21.710</u></u>	<u><u>19.294</u></u>
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)	<u><u>4.332.041</u></u>	<u><u>4.332.060</u></u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u><u>5,01</u></u>	<u><u>4,45</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de capital		Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	853.071	4.947	156	20.874	221.846	256	-	(3.906)	1.097.244
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.716)	-	-	(3.716)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	7	-	-	-	7
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	19.294	-	19.294
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	965	-	-	(965)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.151)	-	(1.151)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	17.178	-	(17.178)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>853.071</u>	<u>4.947</u>	<u>156</u>	<u>21.839</u>	<u>239.031</u>	<u>(3.460)</u>	<u>-</u>	<u>(3.906)</u>	<u>1.111.678</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>965</u>	<u>17.185</u>	<u>(3.716)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.434</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	853.071	4.947	156	23.133	262.146	(124)	-	(3.906)	1.139.423
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(177)	-	-	(177)
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	18	-	-	-	18
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	21.710	-	21.710
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	1.085	-	-	(1.085)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.231)	-	(1.231)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	19.394	-	(19.394)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>853.071</u>	<u>4.947</u>	<u>156</u>	<u>24.218</u>	<u>281.558</u>	<u>(301)</u>	<u>-</u>	<u>(3.912)</u>	<u>1.159.737</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.085</u>	<u>19.412</u>	<u>(177)</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>20.314</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre	
	2014	2013
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(680.479)</u>	<u>466.359</u>
Lucro líquido do semestre	<u>21.710</u>	<u>19.294</u>
Ajustes ao lucro líquido:	<u>12.620</u>	<u>8.964</u>
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	718	1.572
Constituição / (Reversão) de provisão para outros créditos	2.955	(263)
Depreciações e amortizações	4.433	3.701
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	4.388	3.971
Variação nos resultados de exercícios futuros	126	(17)
Lucro líquido ajustado	34.330	28.258
Variação nos ativos operacionais:	<u>(1.039.189)</u>	<u>(1.624.546)</u>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(47.864)	(15.428)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(581.712)	(264.305)
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(3.284)	33.688
(Aumento) / Redução em operações de crédito	281.325	(177.663)
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(687.654)	(1.200.838)
Variação nos passivos operacionais:	<u>324.380</u>	<u>2.062.647</u>
(Redução) / Aumento em depósitos	(379.868)	577.179
Aumento em captações no mercado aberto	29.489	25.557
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	372.025	118.146
(Redução) / Aumento em instrumentos financeiros derivativos (líquido do ativo)	(158.610)	105.165
Aumento em outras obrigações	461.344	1.236.600
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(5.769)</u>	<u>(10.205)</u>
Alienação de imobilizado de uso	6.356	9.120
Aquisição de imobilização de uso	(11.394)	(18.590)
Aplicação no intangível	(731)	(735)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(5)</u>	<u>-</u>
Aquisição de ações de própria emissão	(5)	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(686.253)</u>	<u>456.154</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.460.909	1.903.736
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.774.656	2.359.890
Aumento / (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(686.253)</u>	<u>456.154</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), foram concluídas em 18/07/2014 e aprovadas para divulgação em 14/08/2014.

3 Principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis

a. *Apuração de resultado*

A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência.

b. *Estimativas contábeis*

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

c. *Ativos e passivos, circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante.

d. *Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos*

As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- *Títulos e valores mobiliários*

- Títulos para negociação,
- Títulos disponíveis para venda e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados; na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados aqueles que não se enquadram nas demais categorias descritas nos itens acima; na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias para negociação e disponíveis para venda estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e (2) da conta destacada do patrimônio líquido, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

- *Instrumentos financeiros derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa, exceto os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*), que podem ser classificados como:

- I - “Hedge” de risco de mercado
- II - “Hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização são registradas em contrapartida às adequadas conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização são registradas em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

e. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7c.

Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

f. Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição combinado com os seguintes aspectos:

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - edificações - 4%; instalações, móveis e equipamentos, sistema de segurança e de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados e transporte - 20%.

A amortização do diferido é calculada pelo método linear, no prazo de até dez anos ou segundo o prazo contratual, no caso de benfeitorias de bens locados.

A Lei nº 11.638 eliminou a conta do Ativo Diferido. O Conselho Monetário Nacional autorizou as Instituições Financeiras a manter o saldo de 31 de dezembro de 2008 até a sua completa amortização para baixa e para novas constituições, as Instituições Financeiras devem registrar no Ativo Diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional. A vinculação das despesas e dos gastos registrados no Ativo Diferido com o aumento do resultado de mais de um exercício social foi baseada em estudo técnico, coerente com as informações utilizadas em outros relatórios operacionais.

Ativo intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120), e a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota Explicativa nº 20. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

4 Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
No início do semestre	2.460.909	1.903.736
Disponibilidades	7.789	5.262
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.453.120	1.898.474
No final do semestre	1.774.656	2.359.890
Disponibilidades	8.527	36.399
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.766.129	2.323.491
Aumento / (Redução) do Caixa e equivalentes de caixa	<u>(686.253)</u>	<u>456.154</u>

(*) Operações que da aquisição ao vencimento possuem prazo de até 90 dias.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações em operações compromissadas

			<u>2014</u>	<u>2013</u>
	<u>De 91 a 365 dias</u>	<u>Acima de 365 dias (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Posição bancada				
LTN	50.000	42.001	92.001	547.585
NTN-B	-	1.399.999	1.399.999	1.455.287
	<u>50.000</u>	<u>1.442.000</u>	<u>1.492.000</u>	<u>2.002.872</u>
Posição financiada				
LTN	-	177.999	177.999	252.575
	-	177.999	177.999	252.575
Total	<u>50.000</u>	<u>1.619.999</u>	<u>1.669.999</u>	<u>2.255.447</u>

(*) São classificados no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, pois se trata do vencimento da operação e não ao lastro dos títulos, sendo inferior a 2 dias.

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até 30 dias	16.320	13.123
De 31 a 180 dias	68.712	22.848
De 181 a 365 dias	9.648	2.842
Acima de 365 dias	8.654	649
Total	<u>103.334</u>	<u>39.462</u>

c. Aplicações em moedas estrangeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até 30 dias (*)	96.130	47.856
Total	<u>96.130</u>	<u>47.856</u>

(*) Tratam-se de aplicações com liquidez imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

Categorias				<u>2014</u>	<u>2013</u>
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos para negociação	199.918	47.369	5.529	252.816	63.250
Títulos disponíveis para venda	550.956	617.528	256.593	1.425.077	1.175.649
Total	<u>750.874</u>	<u>664.897</u>	<u>262.122</u>	<u>1.677.893</u>	<u>1.238.899</u>

Categorias			<u>2014</u>	<u>2013</u>
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado
Títulos para negociação	252.864	252.816	(48)	63.250
Títulos disponíveis para venda	1.424.426	1.425.077	651	1.175.649
Total	<u>1.677.290</u>	<u>1.677.893</u>	<u>603</u>	<u>1.238.899</u>

Tipos de títulos			<u>2014</u>	<u>2013</u>
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional	1.586.143	1.586.747	604	1.042.834
Letras Financeiras do Tesouro	91.147	91.146	(1)	196.065
Total	<u>1.677.290</u>	<u>1.677.893</u>	<u>603</u>	<u>1.238.899</u>

Para os títulos e valores mobiliários categorizados como "para negociação" e "títulos disponíveis para a venda", a avaliação a valor de mercado é efetuada descontando-se o fluxo futuro a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por área independente da área de negócios e que segue metodologia própria e as melhores práticas de mercado, de acordo com as características específicas de cada título, baseando-se principalmente em dados divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA e ANBIMA. O ajuste de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” é reconhecido em conta especial do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os títulos classificados “para negociação” são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3d, o Banco registrou ajuste de marcação ao valor de mercado de títulos de valores mobiliários no semestre findo em 30 de junho de 2014, perda decorrente dessa avaliação no montante de R\$ 301 (2013 – (R\$ 3.460)), líquido dos efeitos tributários.

O montante de R\$ 5.115 (2013 – R\$ 5.466) foi registrado na conta de resultado em decorrência de aplicação de Hedge Accounting de títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda.

7 Operações de crédito

a. Composição do total da carteira de crédito por setor de atividade

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações de crédito:		
Rural	15.768	9.775
Indústria	289.988	304.570
Comércio	196.420	33.748
Serviços	169.743	233.558
Intermediação Financeira	-	178.321
Pessoa física	<u>2</u>	<u>45</u>
	<u>671.921</u>	<u>760.017</u>
Outros créditos - Carteira de câmbio:		
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber:		
Indústria	337.762	212.165
Comércio	172.880	14.769
Serviços	<u>67.692</u>	<u>-</u>
	<u>578.334</u>	<u>226.934</u>
Total	<u>1.250.255</u>	<u>986.951</u>

b. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer:		
De 1 a 180 dias	856.346	499.937
De 181 a 365 dias	339.608	127.961
Acima de 365 dias	<u>54.301</u>	<u>359.053</u>
Total	<u>1.250.255</u>	<u>986.951</u>

c. Composição da provisão por níveis de risco

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de outros créditos (carteira de câmbio - adiantamento de contratos de câmbio) com os correspondentes níveis de risco:

Total de operações – 2014						
Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Total das operações	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	791.778	791.778	-	1.504	0,19
A	0,50	2	2	-	-	0,00
B	1,00	407.142	407.142	4.071	9.934	2,44
C	3,00	13.803	13.803	414	1.063	7,70
D	10,00	37.530	37.530	3.753	5.836	15,55
		<u>1.250.255</u>	<u>1.250.255</u>	<u>8.238</u>	<u>18.337</u>	

Total de operações – 2013						
Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Total das operações	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	560.809	560.809	-	673	0,12
A	0,50	232.368	232.368	1.162	1.324	0,57
B	1,00	156.437	156.437	1.564	4.052	2,59
C	3,00	27.362	27.362	821	2.225	8,13
D	10,00	9.975	9.975	998	1.654	16,58
		<u>986.951</u>	<u>986.951</u>	<u>4.545</u>	<u>9.928</u>	

	1º Semestre	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos renegociados no período	<u>275.959</u>	<u>200.026</u>

As operações renegociadas são compostas basicamente por renovações de Capital de Giro.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, não houve baixas para prejuízo e recuperações de créditos baixados como prejuízo.

A provisão constituída pelo Banco é maior que a provisão mínima requerida pelo BACEN, devido ao critério de provisão determinado pela Matriz (The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração.

d. Concentração dos maiores devedores

	2014			2013		
	Saldo	% Carteira	Provisões	Saldo	% Carteira	Provisões
Maior cliente	132.347	11	3.229	178.321	18	214
10 seguintes maiores clientes	569.014	45	4.269	516.082	52	3.249
Demais clientes	548.894	44	10.839	292.548	30	6.465
	<u>1.250.255</u>	100	<u>18.337</u>	<u>986.951</u>	100	<u>9.928</u>

e. Movimentação da provisão

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o semestre:

	1º Semestre	
	2014	2013
Saldo inicial	14.664	8.619
Constituição de provisão	7.893	5.032
Reversão de provisão	(4.220)	(3.723)
Saldo final	<u>18.337</u>	<u>9.928</u>
% da provisão sobre a carteira de créditos	<u>1,47</u>	<u>1,01</u>

8 Outros créditos – Diversos

	2014	2013
Adiantamentos e antecipações salariais	1.292	1.112
Créditos tributários s/ prej. Fiscal (Nota Explicativa nº 20)	-	1.628
Créditos tributários s/ dif. temporarias (Nota Explicativa nº 20)	12.531	13.357
Créditos tributários s/ MTM Títulos disponíveis para venda	200	2.307
Impostos e contribuições a compensar	18.477	12.629
Devedores diversos – País	31	1.785
Pagamentos a ressarcir	36	94
Outros	8	4
Total	<u>32.575</u>	<u>32.916</u>

9 Ativo permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação a.a (%)	Custo		Depreciação acumulada		Valor líquido	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
		Terrenos	-	1.416	1.416	-	-
Edificações	4	28.457	25.613	10.800	8.384	17.657	17.229
Instal., móveis e equip. uso	10	7.324	6.432	1.585	1.306	5.739	5.126
Sistema de proc. dados	20	10.092	6.716	4.170	3.580	5.922	3.136
Sistema de transporte	20	1.075	1.075	690	481	385	594
Sistema de segurança	10	3.282	1.771	550	319	2.732	1.452
Sistema de comunicação	10	1.299	1.309	715	496	584	813
Imobilizações em curso (*)	-	14.050	6.647	-	-	14.050	6.647
Total		66.995	50.979	18.510	14.566	48.485	36.413

(*) Refere-se a gastos com projetos de expansão.

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização a.a (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
		Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais	20(*)	20.706	19.185	12.739	8.900
Total		20.706	19.185	12.739	8.900	7.967	10.285

(*) Implantação de novos sistemas.

c. Diferido

	Taxa de amortização a.a (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
		Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais	20	4.667	4.667	4.667	4.643
Instalação e adaptação de dependências	20	1.036	1.036	993	951	43	85
Total		5.703	5.703	5.660	5.594	43	109

10 Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	<u>7.710</u>	<u>(8.677)</u>	<u>36.164</u>	<u>2.517</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	1.592	-	2.084	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	5.949	-	34.080	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Hong Kong	111	-	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Mexico	58	-	-	-
- variação cambial	-	(8.677)	-	2.517
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	<u>96.130</u>	<u>(2.827)</u>	<u>47.856</u>	<u>10.066</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	96.130	(2.827)	47.856	10.066
- juros	-	16	-	774
- variação cambial	-	(2.843)	-	9.292
Depósito à Vista	<u>(34.322)</u>	<u>-</u>	<u>(33.240)</u>	<u>-</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(34.322)	-	(33.240)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>(1.716.886)</u>	<u>101.948</u>	<u>(1.182.189)</u>	<u>(149.567)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(1.716.886)	101.948	(1.182.189)	(149.567)
- juros	-	(1.486)	-	(114.334)
- variação cambial	-	103.434	-	(35.233)
Operações de Swap	<u>1.563</u>	<u>(7.546)</u>	<u>8.534</u>	<u>(10.039)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	1.563	(7.546)	8.534	(10.039)
- rendas de operações com derivativos	-	6.922	-	-
- despesas de operações com derivativos	-	(14.468)	-	(10.039)
Outras Obrigações - Prestação de serviços (*)	<u>-</u>	<u>14.182</u>	<u>-</u>	<u>(1.321)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	-	13.652	-	(1.321)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Leasing and Finance	-	381	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Tokyo	-	(55)	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – London	-	204	-	-

(*) Recebimentos e Pagamentos

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Assembléia Geral Ordinária dos acionistas realizada em 28 de abril de 2014 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 14.052 a serem distribuídos entre os Diretores.

	1º Semestre	
	2014	2013
Remuneração fixa	2.281	1.880
Remuneração variável	<u>1.383</u>	<u>1.510</u>
Total	<u>3.664</u>	<u>3.390</u>

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921, de 25/11/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações, que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

b. Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau e
- Acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos, Fiscais, Consultivos e semelhantes.

11 Depósitos

	2014					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
À vista	131.957	-	-	-	-	131.957
A prazo (*)	-	<u>195.385</u>	<u>1.041.767</u>	<u>287.245</u>	<u>3.481</u>	<u>1.527.878</u>
Total	<u>131.957</u>	<u>195.385</u>	<u>1.041.767</u>	<u>287.245</u>	<u>3.481</u>	<u>1.659.835</u>

	2013					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
À vista	216.743	-	-	-	-	216.743
A prazo (*)	-	<u>99.149</u>	<u>469.590</u>	<u>1.101.825</u>	<u>46.189</u>	<u>1.716.753</u>
Total	<u>216.743</u>	<u>99.149</u>	<u>469.590</u>	<u>1.101.825</u>	<u>46.189</u>	<u>1.933.496</u>

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido suas características de liquidez.

12 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira com o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. para financiamento de operações de comércio exterior, com vencimento até fevereiro de 2015, no montante de R\$ 1.642.183 (2013 - R\$ 835.532) e para captação externa na forma da Resolução nº 3.844, com vencimentos até junho de 2018 no montante de R\$ 142.962 (2013 - R\$ 346.657) e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de “spread”, e repasses no país com vencimentos até julho de 2020 no montante de R\$ 84.847 (2013 – R\$ 58.082).

13 Carteira de câmbio

a. Outros créditos – Ativo

Descrição	2014	2013
Câmbio comprado a liquidar	1.464.511	1.686.318
Direitos s/venda de câmbio	977.542	1.410.681
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(8.591)	(17.397)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	2.349	2.196
Total	<u>2.435.811</u>	<u>3.081.798</u>

b. Outras obrigações – Passivo

Descrição	2014	2013
Câmbio vendido a liquidar	967.501	1.439.924
Obrigações por compras de câmbio	1.497.317	1.642.441
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(576.063)	(224.738)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	77	-
Total	<u>1.888.832</u>	<u>2.857.627</u>

14 Fiscais e previdenciárias

Descrição	2014	2013
Provisão de IR e CSLL	17.743	-
Impostos e contribuições s/serviços de terceiros	216	276
Impostos e contribuições s/salários	1.983	5.394
Outros impostos a recolher	943	485
Provisão de IR diferido (Nota Explicativa nº 20)	14.309	20.413
Provisão p/riscos fiscais (Nota Explicativa nº 15)	<u>59.219</u>	<u>49.155</u>
Total	<u>94.413</u>	<u>75.723</u>

15 Ativos e passivos relacionados à contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias” quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros Créditos - Devedores por Depósitos em Garantia”.

2014					
Provisão para passivos contingentes (iii)					
Descrição	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	Depósitos Judiciais (iv)
Cíveis	11.374	423	-	11.797	710
Trabalhistas	7.088	17	1.285	5.820	953
Outros passivos (v)	<u>3.638</u>	<u>2.601</u>	<u>1.890</u>	<u>4.349</u>	<u>-</u>
	<u>22.100</u>	<u>3.041</u>	<u>3.175</u>	<u>21.966</u>	<u>1.663</u>
Provisão para riscos fiscais					
Federal	<u>54.117</u>	<u>4.577</u>	-	<u>58.694</u>	<u>91.347</u>
IR/CSLL (i)	18.520	-	-	18.520	51.805
COFINS (ii)	35.426	4.577	-	40.003	38.905
Outros	171	-	-	171	637
Municipal	<u>525</u>	-	-	<u>525</u>	<u>19.775</u>
Total	<u>54.642</u>	<u>4.577</u>	-	<u>59.219</u>	<u>111.122</u>
Total Geral	<u>76.742</u>	<u>7.618</u>	<u>3.175</u>	<u>81.185</u>	<u>112.785</u>

2013					
Provisão para passivos contingentes (iii)					
Descrição	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	Depósitos Judiciais (iv)
Cíveis	6.396	411	-	6.807	512
Trabalhistas	4.205	607	2.260	2.552	613
Outros passivos (v)	<u>3.425</u>	<u>1.329</u>	<u>1.666</u>	<u>3.088</u>	<u>-</u>
	<u>14.026</u>	<u>2.347</u>	<u>3.926</u>	<u>12.447</u>	<u>1.125</u>

Provisão para riscos fiscais

	<u>46.734</u>	<u>3.455</u>	<u>1.362</u>	<u>48.827</u>	<u>82.565</u>
Federal					
IR/CSLL (i)	19.166	649	1.350	18.465	51.844
COFINS (ii)	27.329	2.806	12	30.123	30.123
Outros	239	-	-	239	598
Municipal	<u>328</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>328</u>	<u>19.775</u>
Total	<u>47.062</u>	<u>3.455</u>	<u>1.362</u>	<u>49.155</u>	<u>102.340</u>
Total Geral	<u>61.088</u>	<u>5.802</u>	<u>5.288</u>	<u>61.602</u>	<u>103.465</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitado em julgado.
- (ii) Refere-se a obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.
- (iii) A provisão para passivos contingentes está registrada na conta Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes.
- (iv) O saldo de depósitos judiciais inclui os depósitos para riscos avaliados como possível ou remoto de perda.
- (v) Refere-se a provisão para risco de perdas com avais e fianças baseados em critérios semelhantes a Resolução CMN nº 2.682/99, vide Nota Explicativa nº 23. Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 14.607 (2013 - R\$ 43.750) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Outras obrigações – Diversas

Descrição	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para pagamentos a efetuar	11.180	25.680
Credores diversos País	<u>1.750</u>	<u>837</u>
Total	<u>12.930</u>	<u>26.517</u>

17 Patrimônio líquido

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 14.120.090 de ações de acionistas residentes no país, 24.194.146 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido. Para este semestre foi destacado o montante de R\$ 1.231 (2013 - R\$ 1.151).

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de Capital de Giro e Manutenção de Margem Operacional conforme previsto no Estatuto.

18 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras da Instituição nos diversos mercados onde atua. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como “hedge” possuem sempre risco de crédito igual ou inferior àquele do instrumento financeiro coberto.

O valor de mercado dos “swaps” é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

As principais curvas de taxas de juros são extraídas dos futuros e “Swaps” negociados e custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

Em 30 de junho, as posições em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

2014

	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	1.401.805	2.863.837	3.403.192	7.668.834
Compra	518.598	1.558.649	3.010.481	5.087.728
Cupom Cambial	64.137	1.432.015	2.868.717	4.364.869
Moeda Estrangeira	454.461	-	-	454.461
Taxa de Juros	-	126.634	141.764	268.398
Venda	883.207	1.305.188	392.711	2.581.106
Cupom Cambial	207.831	180.050	29.568	417.449
Moeda Estrangeira	57.052	-	-	57.052
Taxa de Juros	618.324	1.125.138	363.143	2.106.605

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
Swap - Total Líquido	4.384.008	(17.312)	(3.209)	(14.103)
CDI X BBA Libor	756.464	(8.117)	(16.649)	8.532
CDI X US\$	1.926.769	(11.758)	13.685	(25.443)
LIBOR X PRÉ	1.629.692	1.563	(1.191)	2.754
PRÉ X CDI	37.360	337	184	153
PRÉ X US\$	33.723	663	762	(99)

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
NDF - Total Líquido	559.224	15.117	19.545	(4.428)
Posição Comprada	53.141	(2.286)	(2.766)	480
Dólar	50.877	(2.108)	(2.551)	443
Franco Suíço	2.264	(178)	(215)	37
Posição Vendida	506.083	17.403	22.311	(4.908)
Dólar	371.374	9.541	12.925	(3.384)
Euro	56.683	1.785	2.461	(676)
Ien	78.026	6.077	6.925	(848)

2013

	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	1.535.545	513.981	3.190.960	5.240.486
Compra	657.519	191.456	2.374.039	3.223.014
Cupom Cambial	1.107	188.883	2.290.870	2.480.860
Moeda Estrangeira	656.412	1.149	-	657.561
Taxa de Juros	-	1.424	83.169	84.593
Venda	878.026	322.525	816.921	2.017.472
Cupom Cambial	154.837	7.759	38.213	200.809
Moeda Estrangeira	441.061	-	-	441.061
Taxa de Juros	282.128	314.766	778.708	1.375.602

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
Swap - Total Líquido	3.032.971	(139.232)	(134.933)	(4.299)
CDI X US\$	1.010.019	(124.883)	(106.117)	(18.766)
CDI X BBA-Libor	493.894	(21.653)	(28.064)	6.411
LIBOR X PRÉ	1.503.036	8.534	377	8.157
PRÉ X CDI	13.305	(63)	36	(99)
PRÉ X US\$	12.717	(1.167)	(1.165)	(2)

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
NDF - Total Líquido	289.501	(11.336)	(6.503)	(4.833)
Posição Comprada	29.561	2.983	2.027	956
Dólar	29.561	2.983	2.027	956
Posição Vendida	259.940	(14.319)	(8.530)	(5.789)
Dólar	224.694	(11.833)	(6.572)	(5.261)
Euro	33.504	(2.420)	(1.914)	(506)
Ien	1.742	(66)	(44)	(22)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

O quadro a seguir resume os valores depositados na BM&FBOVESPA em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2014:

Valores em garantia - BM&FBOVESPA

Tipo de título	Quantidade	2014	2013
		Valor	
Letras Financeiras do Tesouro	14.723	91.146	168.564
Letras do Tesouro Nacional	<u>859.500</u>	<u>785.281</u>	<u>561.291</u>
Total	<u>874.223</u>	<u>876.427</u>	<u>729.855</u>

19 “Hedge”

O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de “hedge” são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de “hedge” e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de “hedge”, considerando tratar-se de uma operação de “hedge” de risco de mercado.

O Banco possui contratos de swap e futuros utilizados como instrumentos de “hedge”, em estratégia de “hedge” de valor justo.

Os objetos de “hedge” são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, e obrigações por empréstimos no exterior.

As estratégias de “hedge” visam proteger o Banco contra: (i) risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana e (ii) risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

A efetividade verificada na carteira de “hedge” encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

Instrumento/operação	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de “hedge”	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA
Objeto de “hedge”	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)

	<u>Valor referencial</u>	<u>Valor MtM</u>
Instrumentos de “Hedge”		
Contratos de futuros - DDI	1.184.822	-
Contratos de futuros - DI	905.232	-
Contratos de futuros - DOL	<u>112.366</u>	-
Total Futuros	<u>2.202.420</u>	<u>-</u>
Contratos de swap (Libor x PRÉ)	<u>830.431</u>	<u>1.257</u>
Total	<u>3.032.851</u>	<u>(1.257)</u>

Captação de Recursos Externos

Para apuração do valor de mercado das captações de recursos externos foram utilizadas as taxas médias praticadas para operações com prazo e indexador similar na data do balanço conforme divulgações da BM&FBOVESPA, acrescidas dos custos de captação, de produção e operacionais, passíveis de verificação, necessários para a originação e manutenção até o vencimento dessas operações, de forma a refletir adequadamente os efeitos dessas taxas de juros no resultado.

Em 30 de junho de 2014 o valor de mercado dos itens objeto de “hedge” de captação de recursos externos é de R\$ 1.079.036 (2013 – R\$ 551.418) e o valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” é de R\$ 1.080.191 (2013 – R\$ 554.694) de Futuros “passivo” e R\$ (1.257) (2013 – R\$ 201) de swap.

No semestre o resultado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ 60.390 (2013 - R\$ (52.107)) e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ (61.064) (2013 – R\$ 53.691).

O saldo do ajuste de avaliação ao valor justo das captações de recursos externos objeto de “hedge” perfaz o montante de R\$ 9.056 (2013 – R\$ 5.494), registrado em “Obrigações por empréstimos do exterior”. O ajuste negativo no semestre foi registrado em adequada conta de despesas de empréstimo do exterior no montante de R\$ 2.928 (2013 – R\$ 424).

Títulos Públicos Federais

Para apuração do valor de mercado dos títulos públicos federais utilizamos a curva interna que tem como referência os PUs divulgados pela ANBIMA.

Em 30 de junho de 2014, o valor contábil dos itens objeto de “hedge” da aplicação é de R\$ 904.804 (2013 – R\$ 419.842), e o valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” é de R\$ 905.195 (2013 – R\$ 420.248) de Futuros “ativo”.

No semestre, o resultado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ 37.511 (2013 - R\$ 6.134) e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ 28.447 (2013 – R\$ (6.384)).

O saldo do ajuste de avaliação ao valor justo das aplicações em renda fixa perfaz o montante de R\$ 1.152 (2013 – R\$ 5.231), registrado em “Títulos e Valores Mobiliários”. O ajuste positivo no semestre foi registrado em adequada conta de receitas de títulos de renda fixa no montante de R\$ 5.115 (2013 – R\$ 10.146).

20 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações dos semestres são demonstrados a seguir:

	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	38.946	31.798
Total das adições	<u>54.144</u>	<u>15.048</u>
- Despesas administrativas, de pessoal e tributárias	1.246	958
- Provisão para passivos contingentes, fiscais e trabalhistas	5.017	2.794
- Provisão de outros créditos e de operações de crédito	7.893	5.032
- Provisão para passivos contingentes – Fiança	711	-
- Provisão de bônus a pagar	547	-
- Provisão de pagamento – PLR	1.650	-
- Provisão para pagamento de despesas administrativas e de pessoal	624	941
- Ajuste positivo ao valor de mercado – TVM e derivativos	36.456	5.323
Total das exclusões	<u>(48.703)</u>	<u>(50.915)</u>
- Reversão para provisão de outros créditos e de operações de crédito	(4.220)	(3.723)
- Reversão da provisão para passivos contingentes, fiscais e trabalhistas	(1.284)	(2.602)
- Provisão para pagamento de despesas administrativas	(685)	(1.349)
- Reversão da provisão para bônus a pagar	(8.442)	-
- Ajuste ao valor contábil dos futuros DI/DDI (Accrual X MTM)	(33.344)	(41.720)
- Outras despesas	<u>(728)</u>	<u>(1.521)</u>
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>44.387</u>	<u>(4.069)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(17.743)	-
Crédito tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	1.628
IRPJ e CSLL - Valores diferidos	243	(14.132)
Ajuste de exercícios anteriores	<u>264</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(17.236)</u>	<u>(12.504)</u>

O Banco constituiu crédito tributário parcial decorrente de diferenças temporárias de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.059 e posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 3.355. O montante de créditos tributários não constituídos em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 23.688 (2013 - R\$ 22.384).

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30 de junho de 2014, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá de acordo com os vencimentos das parcelas dos contratos para as provisões para as operações de créditos e fiança, e de acordo com a estimativa de encerramento dos processos informados pelos escritórios de advocacia para as provisões trabalhistas.

	<u>Diferenças Temporárias</u>	<u>Crédito tributário</u>
Provisões para operações de crédito	12.543	5.017
Provisões para operações de outros créditos	5.794	2.318
Provisões para bônus	547	219
Provisão para PLR	1.650	660
Provisão trabalhista (passivo contingente)	5.820	2.328
Provisão p/ passivo contingente – fiança LG/LC	4.349	1.740
Provisão crédito tributário s/resultado de TVM –		
Títulos disponíveis para venda	501	200
Provisão para pagamentos a efetuar	<u>624</u>	<u>249</u>
Total	<u>31.828</u>	<u>12.731</u>

Movimentação de Crédito Tributário

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	13.616	13.874
Constituição de crédito tributário	2.780	629
Reversão/realização de crédito tributário	<u>(3.665)</u>	<u>(1.146)</u>
Saldo final	<u>12.731</u>	<u>13.357</u>

Movimentação do Passivo Fiscal Diferido

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	15.554	1.557
Ajuste a valor de mercado de instr. financeiros derivativos	(1.227)	19.654
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	<u>(18)</u>	<u>(798)</u>
Saldo final	<u>14.309</u>	<u>20.413</u>

De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrada abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Expectativa de Realização de Crédito Tributário</u>	<u>Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)</u>
2014	6.181	5.579
2015	5.011	4.082
2016	524	385
2017	496	329
2018	494	296
2019	<u>25</u>	<u>13</u>
Total	<u>12.731</u>	<u>10.684</u>

21 Acordo da Basiléia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.913/13 e 4.912/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Risco de Crédito	1.883.472	1.345.983
Risco de Mercado	688.147	592.361
Risco Operacional	<u>245.651</u>	<u>167.269</u>
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	2.817.270	2.105.613
Patrimônio de Referência (PR)	1.159.566	1.111.569
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*11%)	309.900	231.617
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	849.666	879.952
Índice de Basiléia (IB) - PR/RWA	41,16%	52,79%

Para efeito de comparabilidade, o período de 2013 foi ajustado uma vez que passamos a apresentar as parcelas correspondentes ao “Ativo ponderado pelo Risco”.

22 Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador da Previda Sociedade de Previdência Privada (Plano BD), uma entidade fechada de previdência privada contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios prestados pela previdência social. No semestre findo em 30 de junho de 2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 1.329 (2013- R\$ 137).

Em 31 de dezembro de 2013 (data da avaliação atuarial mais recente), conforme cálculos atuariais, a Previda apresentou obrigação atuarial a valor presente no montante de R\$ 78.902 sendo que o valor justo dos ativos totalizava e apresentava R\$ 81.097.

A determinação do passivo atuarial considerou as seguintes principais premissas:

Taxa de desconto	11,29% a.a.
Taxa de retorno esperada dos investimentos	11,29% a.a.
Índice de aumento salarial estimado	6,59% a.a.
Índice de reajuste de benefícios estimado	4,50% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.

Este plano foi fechado para novos participantes no ano de 2011.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, FITPREV Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do Plano Previda, sendo que o valor da contribuição no semestre findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 463 (2013 - R\$ 333).

As obrigações atuariais do Plano FITPREV estão integralmente cobertas pelo patrimônio do plano.

23 Outras informações

- a) Avais e fianças prestados totalizam a R\$ 266.899 (2013 - R\$ 188.818), com provisão no montante de R\$ 4.349 (2013 - R\$ 3.088), baseado em critérios consistentes aos estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, alinhado a expectativa de perda da administração.
- b) Os patrimônios líquidos dos fundos de investimento administrados pelo Banco totalizam a R\$ 208.414 (2013 - R\$ 219.806), sendo representado por 3 Fundos.
- c) Composição outras despesas administrativas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas de serviços técnicos especializados	7.976	5.887
Despesas de amortização e depreciação	4.433	3.701
Despesas de processamento de dados	3.903	3.184
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.008	2.063
Despesas de viagens ao exterior	1.395	1.234
Despesas de aluguéis	1.383	1.230
Despesas de serviços vigilância e segurança	997	690
Despesas de comunicações	921	709
Despesas de serviços de terceiros	914	1.047
Despesas de manutenção e conservação de bens	721	541
Despesas de viagens no país	429	245
Despesas de água, energia e gás	235	212
Outras despesas administrativas	<u>1.962</u>	<u>1.757</u>
Total	<u>28.277</u>	<u>22.500</u>

- d) Composição outras receitas operacionais:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendas de variações e diferenças de taxas	2	748
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	-	615
Recuperação de encargos e despesas	430	642
Reversão de provisões operacionais	1.340	374
Atualização monetária de imp.e contrib. a compensar	2	19
Outras rendas operacionais	<u>98</u>	<u>97</u>
Total	<u>1.872</u>	<u>2.495</u>

e) Composição outras despesas operacionais:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para passivos trabalhistas	17	492
Provisão para riscos fiscais	4.577	3.443
Provisão para passivos contingentes	1.133	410
Despesa de variação e diferença de taxas	-	760
Outras despesas operacionais	<u>257</u>	<u>25</u>
Total	<u>5.984</u>	<u>5.130</u>

f) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas demonstrações contábeis.

24 Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);

- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) e
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

* * *